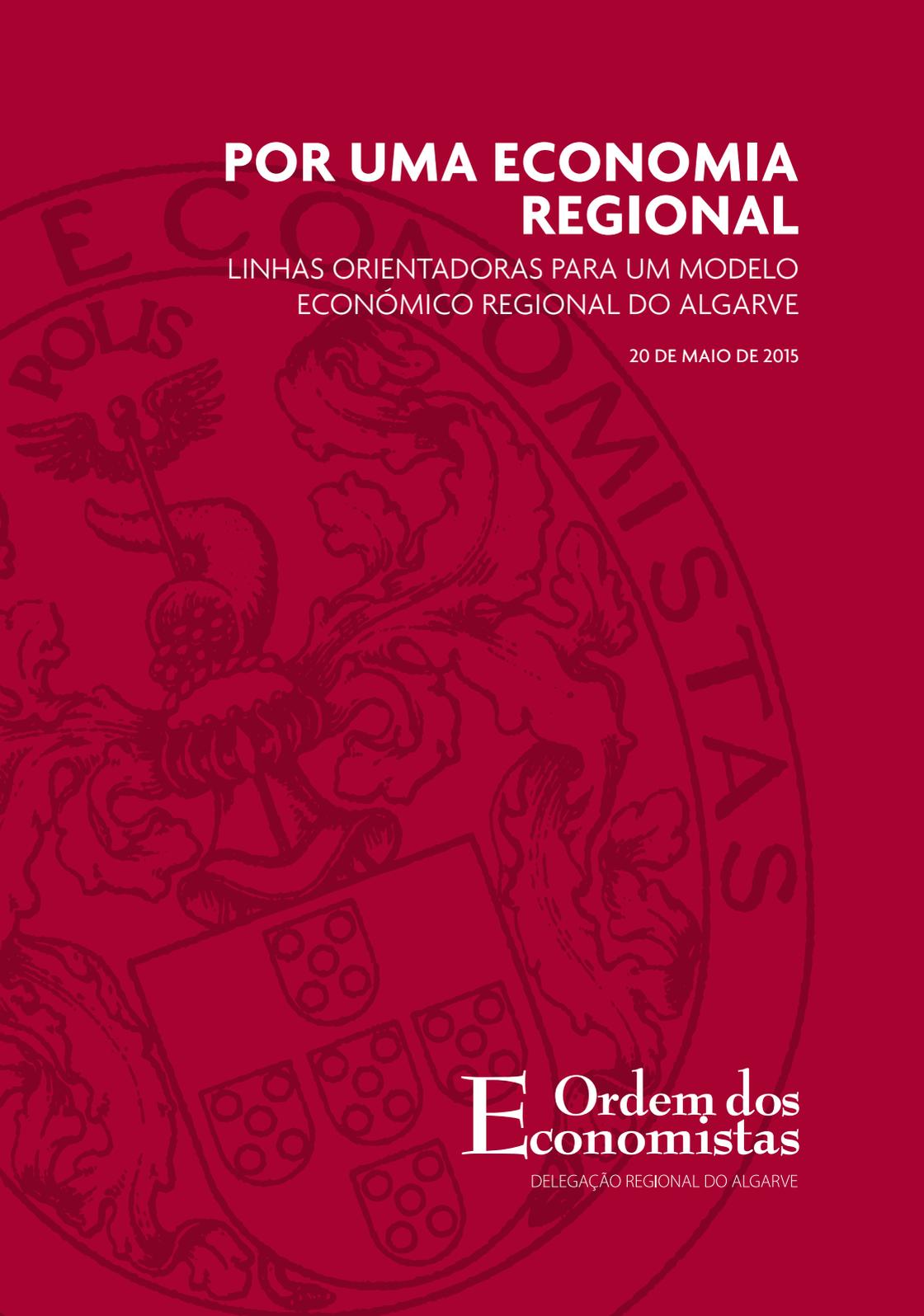


# POR UMA ECONOMIA REGIONAL

LINHAS ORIENTADORAS PARA UM MODELO  
ECONÓMICO REGIONAL DO ALGARVE

20 DE MAIO DE 2015

The background of the entire page is a large, faint, circular seal. The seal features a central shield with a crown on top, surrounded by intricate scrollwork and a banner. The text 'ECONOMISTAS' is written in a large, serif font around the perimeter of the seal. The seal is rendered in a light, reddish-brown color that blends with the background.

**E** Ordem dos  
Economistas

DELEGAÇÃO REGIONAL DO ALGARVE

# CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO (autoria)

**Adriano Lopes Gomes Pimpão**

Francisco José **Mendonça Pinto**

**Francisco** José Martins Manita **Severino**

**Hélio** Ponciano Pereira **Barros**

João Luís **Calçada Correia**

José Joaquim dos Reis **Leite Pereira**

**Paulo** Manuel Marques **Rodrigues**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento assenta numa análise específica do emprego e da estrutura empresarial regional e as suas evoluções com vista à definição de propostas de linhas orientadoras para um Modelo Económico Regional para o Algarve e surge como uma obrigação também por parte da Ordem dos Economistas no Algarve.

Ao longo dos anos foram várias as entidades (a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), a Universidade do Algarve, a Comunidade Intermunicipal do Algarve, a Região de turismo do Algarve, e as várias Associações Empresariais que operam na Região) que olharam para a realidade algarvia utilizando para tal perspectivas diferentes e complementares. Seria pois pouco interessante desenvolver mais um diagnóstico sobre a realidade económica do Algarve. Ao invés, o presente documento pretende apenas enfatizar os aspetos considerados fundamentais pelo grupo de trabalho sobre esta matéria, recorrendo-se para tal e em grande medida a fontes que estão disponíveis para consulta.

Constata-se, da informação estatística disponível, que por um lado a Região do Algarve representa muito pouco da riqueza criada no País e que, por outro, tem perdido vigor económico nos tempos mais recentes. Um dos impactos mais visíveis da perda de capacidade para produzir riqueza no Algarve está ligado à dinâmica do mercado de trabalho da Região. Entre 2011 e 2013 o volume de população ativa na Região caiu de forma nítida, recuperando ligeiramente no último ano considerado. O padrão da evolução do número de empregados é similar, com um forte decréscimo entre 2011 e 2013 e moderada recuperação em 2014.

Na última década verifica-se uma clara melhoria das qualificações escolares das pessoas empregadas na Região do Algarve. A percentagem de pessoas com o ensino secundário terminado aumentou para quase 25%, passando os licenciados a representar cerca de 10% do total. Contudo, apesar da evolução favorável registada ao nível da qualificação dos recursos humanos a trabalhar na Região, a verdade é que o volume de empregos gerados na Região não apresenta uma dinâmica semelhante, particularmente a partir de 2008. Em 2009 e 2010, registam-se taxas anuais de crescimento do número de empregados fortemente negativas. O mesmo fenómeno é observável para as taxas de crescimento anuais do número de estabelecimentos no Algarve.

A economia algarvia assenta essencialmente em quatro setores chave: Construção, Comércio por Grosso e a Retalho, Alojamento e Restauração, e Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas. Em certa medida, todos estes setores de atividade estão ligados ao turismo, motor económico da Região. Estes setores registam, a partir de 2008, uma significativa destruição líquida do número de empresas/estabelecimentos, algo particularmente visível no ano de 2009 e que parece, novamente, acentuar-se em 2011. Em particular, com a exceção do setor da Saúde e Ação Social, todos os setores de atividade apresentam taxas de crescimento do número de empresas negativas no período entre 2008 e 2012.

Esta análise revela que, fundamentalmente, os últimos 5/6 anos têm claramente revelado a falta de resiliência do Algarve. A crise económica que começou em 2008, juntamente com os défices da estrutura económica regional, a falta de instrumentos públicos para estimular a economia, a redução substancial dos fundos comunitários, e as medidas de austeridade, tiveram um forte impacto negativo na Região.

A crescer a estas dificuldades, é de realçar que devido ao processo de desenvolvimento da Região assente essencialmente em setores de atividade ligados ao turismo, e ao enviesamento estatístico induzido pela atividade turística, no período 2007-2013, o Algarve ultrapassou os 75% do PIB<sub>pc</sub> médio da UE, tornando-se uma Região em *'phasing-out'*. Deste novo enquadramento, resultou uma diminuição significativa das transferências dos fundos estruturais nesse período e como consequência os mecanismos financeiros utilizados em anteriores períodos de programação para atrair investimentos já não estarão disponíveis no futuro.

A falta de capacidade para superar o problema reside na redução da densidade, tamanho e resiliência do setor produtivo. Além disso, os centros de decisão (tanto no setor público como no privado) estão muitas vezes localizados fora da Região, o que dificulta uma abordagem baseada em políticas *'bottom-up'*, voltada para as especificidades da Região. Finalmente, a excessiva dependência de turismo desviou investimentos e recursos de outras atividades económicas tradicionais na Região (por exemplo, da Pesca e da Agricultura), que poderiam ter alavancado a recuperação económica. A combinação desses fatores, com investimentos insuficientes na Região, em particular no que diz respeito à aplicação comercial e exploração de conhecimentos e de I&DT, resultou na situação que a Região regista atualmente (RIS3 – Algarve 2014-2020). Adicionalmente, a Região tem muita dificuldade em aumentar os seus mercados externos na internacionalização dos seus fatores produtivos.

Com o objetivo de se ultrapassarem alguns dos constrangimentos da Região sugerem-se três propostas de linhas orientadoras para um Modelo Económico Regional e que resultam da reflexão realizada no âmbito deste trabalho e que são nomeadamente:

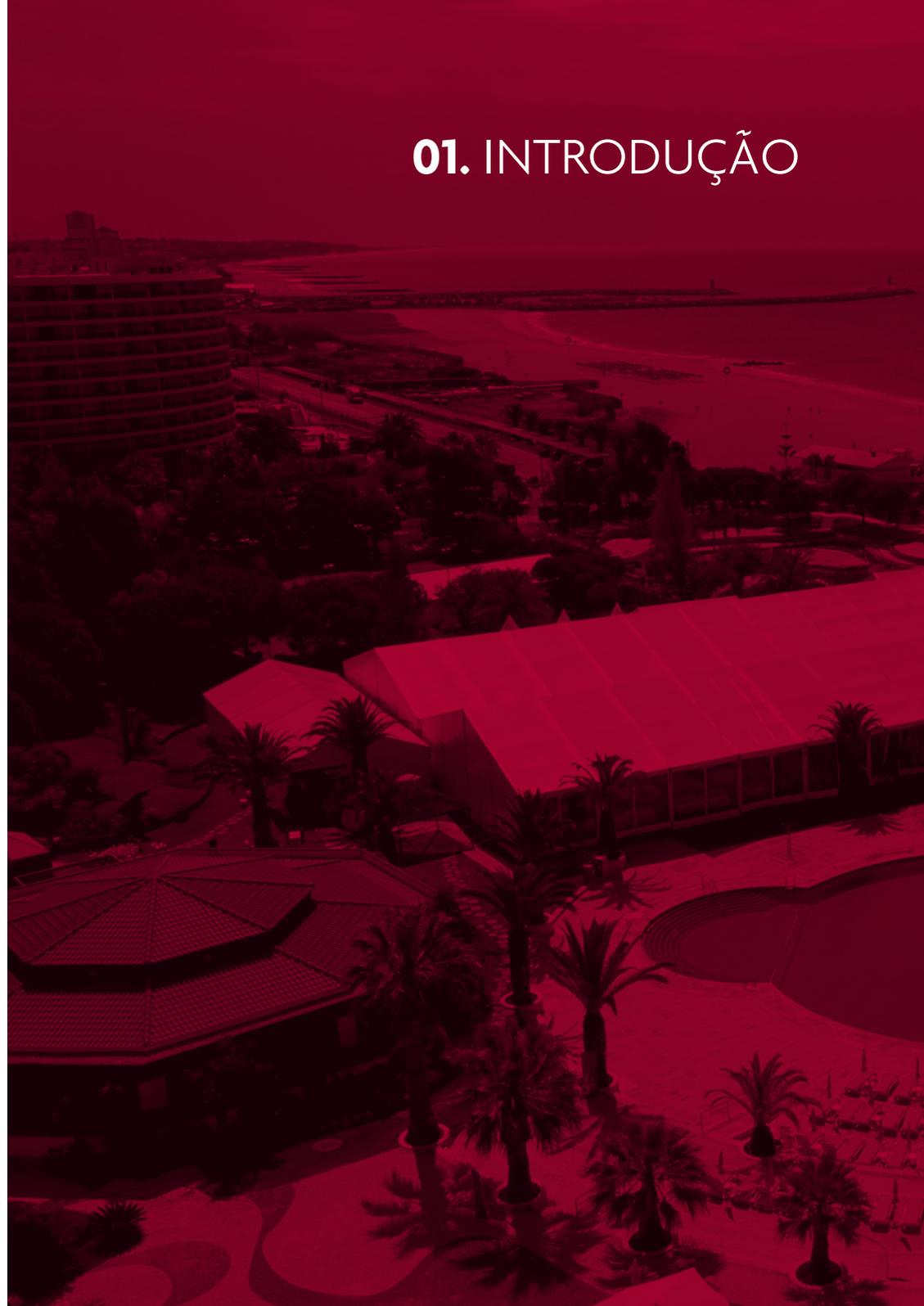
**Proposta 1:** Desenvolver o turismo e os seus efeitos *"linkage"* e/ou complementares.

**Proposta 2:** Desenvolver uma "nova" economia regional

**Proposta 3:** Criação de uma Administração "amiga" do investimento e com capacidade política competitiva

No entanto, o presente estudo requer maior pormenorização na análise, que se recomenda que seja realizada por uma equipa mais diversificada que poderá incluir a Universidade do Algarve, a CCDR Algarve, e outras instituições com *"know how"* em matéria de análise económica, bem como o aprofundar de temas mais específicos e setoriais, nomeadamente, a água e os resíduos, a energia, a saúde, e os transportes, cruciais para o desenvolvimento sustentável da Região.

# 01. INTRODUÇÃO



## 01. INTRODUÇÃO

O Algarve é a Região mais meridional de Portugal continental, coincidindo perfeitamente com o distrito de Faro. Esta Região ocupa uma área de 5,412 km<sup>2</sup>, sendo ocupada de forma permanente por uma população de cerca de 450,000 habitantes (Censos 2011), o que corresponde a 0.06% da população da Europa e a 4.27% da população de Portugal.

O Algarve está dividido em dezasseis concelhos distintos, sendo usual fazer-se a distinção entre a zona do Barlavento e a do Sotavento Algarvios. Os concelhos de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo, localizados na zona mais ocidental do Algarve, dão corpo ao Barlavento. O Sotavento Algarvio é o nome dado à zona oriental do Algarve. Dela fazem parte os concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António. Faro é a principal cidade do Sotavento Algarvio, sendo também a capital do distrito.

A riqueza e diversidade natural do Algarve é absolutamente notável fazendo com que esta seja uma das regiões mais bonitas de Portugal. Para além da enorme linha costeira que serve a Região, salpicada de verdadeiros lugares de céu na terra, merecem ainda destaque cinco acidentes geográficos naturais. Desde logo as Serras de Monchique e do Caldeirão. A primeira destas localiza-se na zona oeste do Algarve e encerra o ponto mais alto da Região – a Fôia – que está a 902 m de altitude. Já a Serra do Caldeirão faz a fronteira entre o litoral e barrocal algarvios e as planícies do Baixo Alentejo. Depois há que destacar os rios Guadiana e Arade. O primeiro é a fronteira natural entre o Algarve e a Andaluzia e, portanto, entre Portugal e Espanha. O rio nasce nas lagoas de Ruidera, na província espanhola de Ciudad Real, tendo uma extensão total de 829 km. O rio Arade nasce na Serra do Caldeirão, passando por Silves, Portimão e Lagoa indo desaguar no Oceano Atlântico em Portimão. A ria Formosa constitui o último acidente geográfico mais relevante do Algarve. Esta é um sapal que se estende pelos concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, abrangendo uma área de cerca de 18,400 hectares ao longo de 60 km desde o rio Ancão até à praia da Manta Rota. Trata-se de uma área protegida pelo estatuto de Parque Natural, atribuído pelo Decreto-lei 373/87 de 9 de Dezembro de 1987.

Não é por isso de estranhar que o turismo se constitua como uma incontornável realidade do Algarve contemporâneo. De facto, esta é a Região turística mais importante de Portugal e uma das mais importantes da Europa. O seu clima temperado mediterrânico, as suas águas tépidas e calmas, as suas paisagens naturais, o seu património histórico e etnográfico e a deliciosa e saudável gastronomia são atributos que atraem milhões de turistas nacionais e estrangeiros todos os anos e que fazem do Algarve a Região mais visitada do País. O Plano de Marketing Estratégico recentemente apresentado pela Região

de turismo do Algarve (RTA) revela que em 2013, o Algarve registou cerca de 14.8 milhões de dormidas na hotelaria classificada e 3.15 milhões de hóspedes, que correspondem a 35.5% das dormidas na hotelaria nacional e 21.9% do total nacional de hóspedes. Nesse ano, a Região registou uma estada média de 4.7 noites e uma taxa de ocupação de 44.6%, ligeiramente superior aos 43.7% registados em Portugal.

Para este desempenho turístico muito contribui o Aeroporto Internacional de Faro. Testemunho desta situação é o comunicado de imprensa do dia 1 de Dezembro de 2014 emitido pela ANA Aeroportos, empresa responsável pela gestão desta infraestrutura, o qual dá conta que nesse mesmo dia o Aeroporto de Faro registou o seu passageiro 6 milhões num único ano civil, atingindo-se desta forma o recorde de sempre deste Aeroporto.<sup>1</sup> O Plano de Marketing Estratégico do turismo do Algarve revela que uma percentagem importante dos turistas que visitam o Algarve é oriunda de países como o Reino Unido, a Alemanha, a Irlanda, a Holanda, a Espanha e a França, tendo estes conjuntamente representando em 2013 mais de 90% do total de passageiros registados pelo Aeroporto de Faro e mais de 85% do total de dormidas de estrangeiros na Região. Ainda assim, a mesma fonte revela que o mercado nacional é muito importante para o Algarve, tendo representado em 2013 23.1% do total de dormidas na Região.

Em termos de oferta turística, dados do INE citados pelo Plano de Marketing Estratégico do turismo do Algarve revelam que em 2013, o Algarve assegurava cerca de 21.2% dos estabelecimentos classificados do País, 31.5% da capacidade de alojamento (quartos) e 35.8% em camas. Nesse ano, a Região ocupava o primeiro lugar em termos de proveitos, com 31.8% do total de proveitos por aposento e 31.1% do total dos proveitos globais.

Os parágrafos anteriores podem levar o leitor a concluir que, em termos económicos, tudo está bem na Região do Algarve. Em particular, perante os factos apresentados, poder-se-á pensar que o modelo económico implementado na Região nos últimos anos permitiu criar uma economia regional vibrante, capaz de responder aos anseios de todos aqueles que aqui residem e trabalham. Importa por isso esmiuçar de forma detalhada a performance da Região para efetivamente perceber até que ponto esta é uma conclusão realista. É exatamente este o exercício que nos propomos fazer na próxima secção deste documento.

<sup>1</sup> <http://www.ana.pt/pt-PT/Topo/Institucional/SobreANA/Imprensa/Noticias/Paginas/Aeroporto-de-Faro-atingiu-os-6-Milhoes-de-Passageiros.aspx>

## 02. ALGARVE: REGIÃO ECONOMICAMENTE VIÁVEL?

Ao longo dos anos foram várias as entidades que olharam para a realidade algarvia utilizando para tal perspetivas diferentes e complementares. Merece aqui especial destaque o trabalho desenvolvido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), pela Universidade do Algarve, pela Comunidade Intermunicipal do Algarve, pela Região de turismo do Algarve e as várias Associações Empresariais que operam na Região, entre muitas outras contribuições. Seria pois pouco interessante desenvolver mais um diagnóstico sobre a realidade económica do Algarve. Ao invés, o presente documento pretende apenas enfatizar os aspetos considerados fundamentais pelo grupo de trabalho sobre esta matéria, recorrendo-se para tal e em grande medida a fontes que estão disponíveis para consulta.

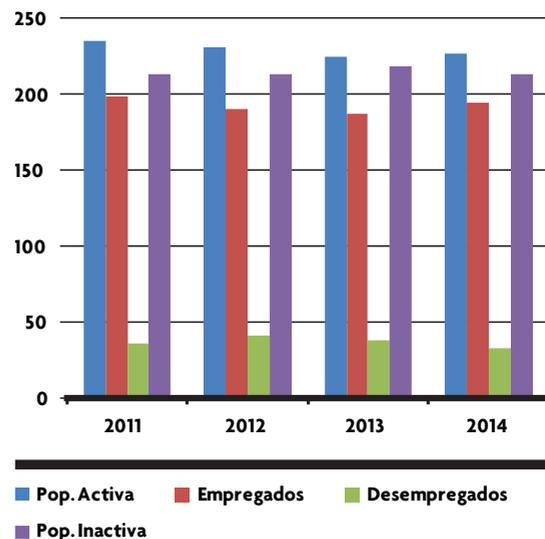
### 2.1. PRODUTO INTERNO BRUTO E EMPREGO

Segundo nota divulgada pelo INE no dia 18 de Dezembro de 2014,<sup>2</sup> o PIB gerado na Região do Algarve em 2012 a preços constantes de 2011 ascendeu a cerca de 7,207 milhões de euros, o qual representa 4.2% do total do PIB nacional nesse ano. No ano anterior, os valores comparáveis são 7,347 milhões de euros e 4.2%, respetivamente. Resultam daqui duas notas importantes. A primeira é que a Região do Algarve representa muito pouco da riqueza criada no País. De salientar que, em dois anos consecutivos, o PIB da Região nunca chega aos 5% do total nacional em termos reais. A segunda é que a Região tem perdido vigor económico nos tempos mais recentes. De facto, face a 2011, 2012 representou uma perda de riqueza na Região na ordem dos 1.9%.

Um dos impactos mais visíveis da perda de capacidade para produzir riqueza no Algarve está ligado à dinâmica do mercado de trabalho da Região. Segundo o INE, em 2014, a população total do Algarve ascendia a 440,989 habitantes (correspondendo a cerca 4.25% da população portuguesa), dos quais 227,254 são considerados população ativa. Assim, para 2014, regista-se uma taxa de atividade na ordem dos 51.5%. Infelizmente, a mesma fonte revela que em 2014, existiam no Algarve 32,857 desempregados, o que corresponde a uma taxa de desemprego na ordem dos 15%. A Figura 1 que se apresenta em seguida sumaria a dinâmica da população do Algarve e a sua relação com o emprego.

<sup>2</sup> [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:h4qUQMRr0h8j:https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp%3Flook\\_parentBoui%3D224215999%26att\\_display%3Dn%26att\\_download%3Dy+8cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:h4qUQMRr0h8j:https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp%3Flook_parentBoui%3D224215999%26att_display%3Dn%26att_download%3Dy+8cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt)

**Figura 1: A população do Algarve (em milhares)**

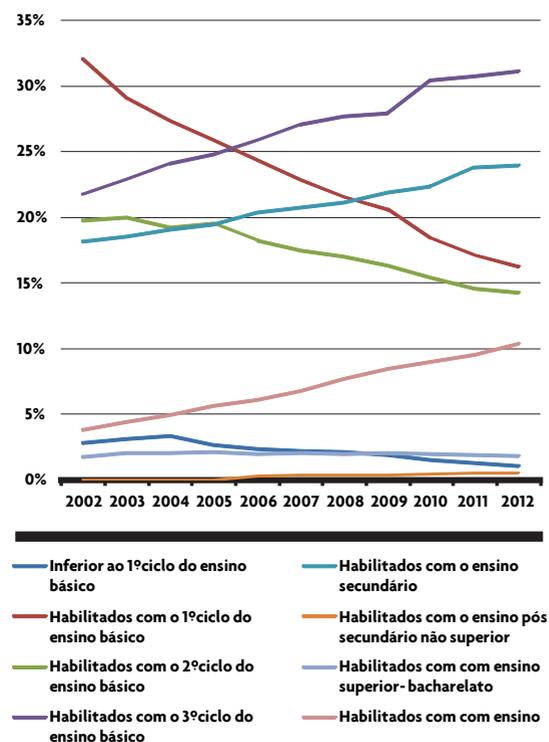


Fonte: INE

Como é possível verificar, entre 2011 e 2013 o volume de população ativa na Região caiu de forma nítida, recuperando ligeiramente no último ano considerado. O padrão da evolução do número de empregados é similar, com um forte decréscimo entre 2011 e 2013 e moderada recuperação em 2014. A Figura 1 releva ainda que o volume de desempregados aumenta entre 2011 e 2012, mantendo-se mais ou menos igual ao ano anterior em 2013 e diminuindo em 2014.

Um dos aspetos centrais quando se fala de emprego é perceber a qualificação da massa populacional que está ativamente a contribuir para a criação de riqueza. Para perceber melhor esta realidade no Algarve, a Figura 2 abaixo sumaria as habilitações literárias dos Empregados da Região do Algarve entre 2002 e 2012.

**Figura 2: Habilitações dos Empregados (2002-2012)**

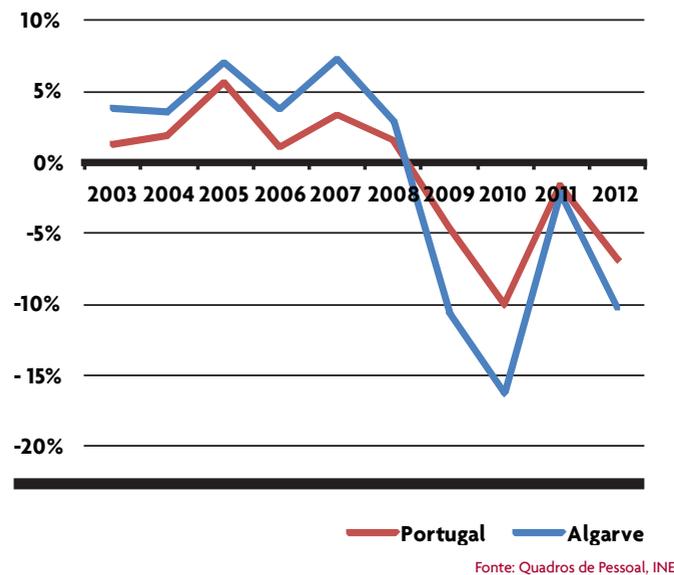


Fonte: Quadros de Pessoal, INE

Como é possível verificar, durante o período em análise, verifica-se uma clara melhoria das qualificações escolares das pessoas empregadas na Região do Algarve. Em particular, em 2002 mais de 30% das pessoas com emprego no Algarve eram titulares do 1.º ciclo do ensino básico. Nesse mesmo ano, menos de 20% das pessoas com emprego tinham habilitações ao nível do ensino secundário e menos de 5% eram titulares de uma licenciatura. Dez anos volvidos, verifica-se que a percentagem de pessoas com o ensino secundário terminado aumentou para quase 25%, passando os licenciados a representar cerca de 10% do total. Paralelamente, a percentagem de trabalhadores apenas com o 1.º ciclo do ensino básico completo reduziu-se para pouco mais de 15%.

Apesar da evolução favorável registada ao nível da qualificação dos recursos humanos a trabalhar na Região, a verdade é que o volume de emprego gerado na Região não apresenta uma dinâmica semelhante. A Figura 3 ajuda a perceber melhor este fenómeno.

**Figura 3: Taxa anual de crescimento do nº de empregados (2003-2012)**

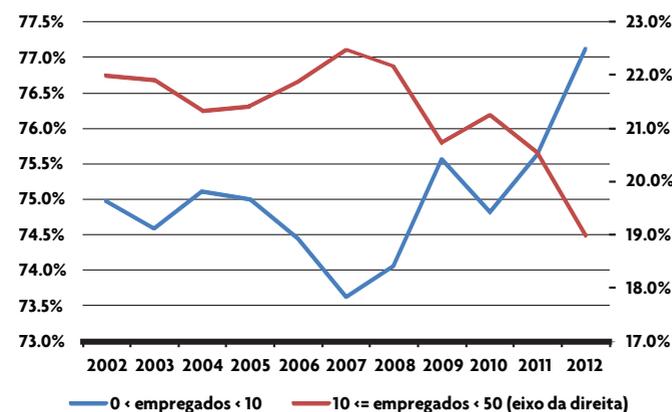


As taxas anuais positivas de crescimento do número de empregados que se verificam entre 2003 e 2008 sugerem que, nesse período, o volume de emprego gerado pela Região do Algarve aumentou significativamente. Infelizmente, a partir de 2008 a situação inverte-se abruptamente. Tal situação é particularmente grave nos anos de 2009 e 2010, anos em que se registam taxas anuais de crescimento do número de empregados fortemente negativas. Importa ainda referir que o padrão ora descrito para o crescimento do número de empregados no Algarve é generalizável ao que aconteceu em Portugal tomado como um todo. A principal diferença é que a dinâmica de criação de emprego no período 2003-2008 parece ser mais forte no Algarve do que em Portugal, o mesmo acontecendo para a perda de emprego nos anos subsequentes.

## 2.2. TECIDO EMPRESARIAL DO ALGARVE

O Anuário Estatístico da Região do Algarve para 2012 revela que em 2011 existam cerca de 63,000 empresas na Região do Algarve, as quais geraram um volume de negócio por empresa a rondar os 123 mil euros.<sup>3</sup> No entanto, mais de 67% das empresas a operar no Algarve nesse ano estavam constituídas como empresas em nome individual, i.e., dizem respeito a negócios titulados por uma única pessoa. Esta característica do tecido empresarial do Algarve pode ser melhor entendida através da análise à Figura 4, produzida a partir de informação disponível nos Quadros de Pessoal do INE.

**Figura 4: Percentagem de estabelecimentos a operar no Algarve em função do número de empregados (2002-2012)**

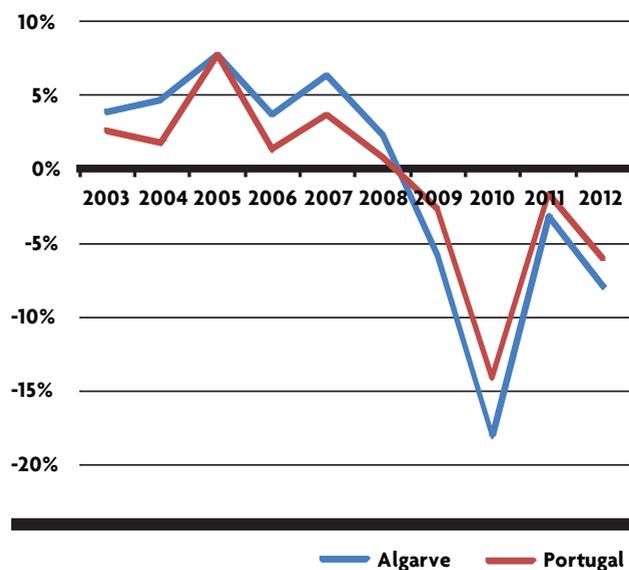


Em 2002, i.e., o primeiro ao que se observa na Figura 4, 75% das empresas a operar na Região davam emprego a menos de 10 pessoas (são pois microempresas). Essa percentagem aumenta para os 77% em 2012. Em sentido oposto, nota-se que a percentagem de empresas do Algarve com mais de 10 e menos de 50 empregados reduz-se dos 22% em 2002 para os 19% em 2012.

<sup>3</sup> [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_pesquisa&frm\\_accao=PESQUISAR&frm\\_show\\_page\\_num=1&frm\\_modos\\_pesquisa=PESQUISA\\_SIMPLES&frm\\_texto=Anu%C3%A1rios+estat%C3%ADsticos+regionais&frm\\_modos\\_texto=MODO\\_TEXTO\\_ALL&frm\\_data\\_ini=&frm\\_data\\_fim=&frm\\_tema=QUALQUER\\_TEMA&frm\\_area=o\\_ine\\_area\\_Publicacoes](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=Anu%C3%A1rios+estat%C3%ADsticos+regionais&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=o_ine_area_Publicacoes)

A crise económica que o País e a Europa têm estado a atravessar impactou de forma considerável a Região do Algarve. A Figura 5 espelha bem esta realidade.

**Figura 5: Taxa anual de crescimento do nº de estabelecimentos no Algarve (2003-2012)**



Fonte: Quadros de Pessoal, INE

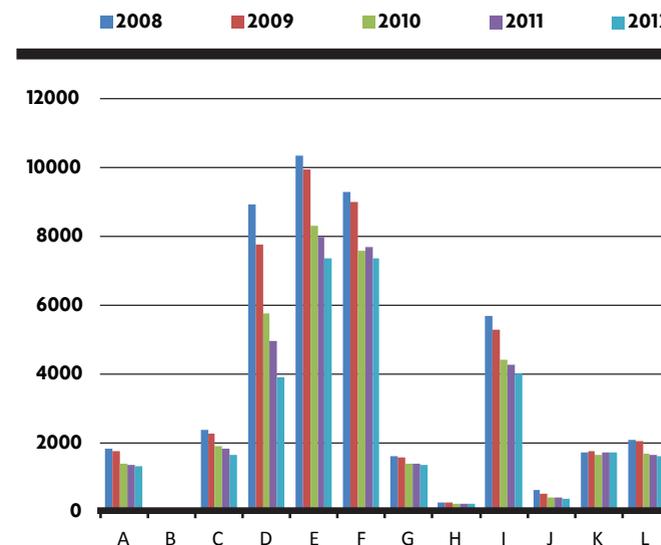
A Figura 5 revela a mudança de ciclo que o tecido empresarial do Algarve registou a partir de 2008. De facto, no período 2003 a 2008, as taxas de crescimento anuais do número de empresas no Algarve são positivas, indicando um crescimento da base empresarial disponível na Região. Infelizmente, a partir de 2008, esta situação inverte-se. As taxas anuais passam a ser negativas, algo que é particularmente visível nos anos de 2009 e 2010.

## 2.3. TECIDO EMPRESARIAL DO ALGARVE – ANÁLISE SETORIAL

### 2.3.1. As empresas

A Figura 6 sumaria o número de estabelecimentos por setor de atividade a operar na Região do Algarve entre 2008 e 2012.

**Figura 6: Número de Estabelecimentos por Setor de Atividade (2008-2012)**



Fonte: Quadros de Pessoal, INE

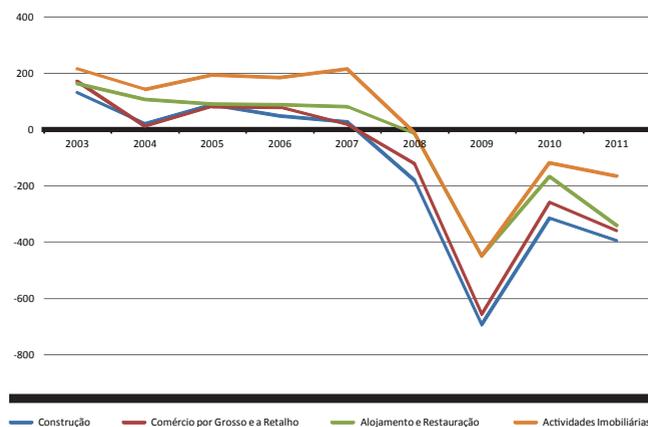
Nota: A -Agricultura, B- Indústria Extrativa, C- Indústria Transformadora, D- Construção, E- Comércio por Grosso e a Retalho, F- Alojamento e Restauração, G- Transportes, Armazenagem e Comunicações, H -Act. Financeiras, I -Act. Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas, J- Educação, K-Saúde e Ação Social e L-Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais.

Como é possível verificar, a economia algarvia assenta essencialmente em quatro setores chave: Construção (D), Comércio por Grosso e a Retalho (E), Alojamento e Restauração (F) e Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (I). Em certa medida, todos estes setores de atividade estão ligados ao turismo, motor económico da Região. O Anuário Estatístico da Região do Algarve para 2012 revela que em 2011 o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado no Algarve ascendeu aos 6,397.2 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 4% do VAB nacional. A mesma fonte de informação revela que os quatro setores fundamentais da economia regional do Algarve geraram 58.2% do

VAB da Região em 2011. Por outro lado, o Diagnóstico prospetivo 2014-2020 apresentado pela CCDR Algarve refere que na Região do Algarve o setor do alojamento e restauração gera 12,8% do produto criado a nível nacional neste setor, sendo responsável por atrair cerca de 22% dos turistas estrangeiros que procuram o destino Portugal. Refere ainda que estão localizados no Algarve mais de 20% dos estabelecimentos de alojamento classificados existentes no País, os quais correspondem a cerca de 40% da capacidade de alojamento instalada. A estes valores, dever-se-á juntar a oferta de cerca de 200.000 fogos de usos não permanente.

A importância destes quatro setores para a economia do Algarve justifica perceber melhor a sua dinâmica nos últimos anos. A Figura 7 pretende então dar nota do saldo de entradas e saídas de estabelecimentos nos quatro principais setores da economia regional entre 2002 e 2011.

**Figura 7: Saldo de Entrada e Saída de Estabelecimentos por Setor de Atividade (2002-2011)**



Fonte: Quadros de Pessoal, INE

A Figura 7 mostra depois uma certa estabilização do padrão de criação líquida de empresas na Região, o que se altera radicalmente a partir de 2008. De facto, com a exceção do setor das Atividades Financeiras, todos os restantes registam uma significativa destruição líquida do número de empresas, algo particularmente visível no ano de 2009 e que parece, novamente, acentuar-se em 2011.

O Quadro 1 expande a análise anterior considerando as taxas de crescimento do número de estabelecimentos para os diferentes setores de atividade da Região do Algarve no período compreendido entre 2002 e 2012.

**Quadro 1: Taxa de crescimento do número de estabelecimentos por setor de atividade no Algarve**

	Tx. Cresc. 2002 - 2012	Tx. Cresc. 2002 - 2007	Tx. Cresc. 2008 - 2012
<b>A – Agricultura</b>	13.8%	51.0%	-28.6%
<b>B- Indústria Extrativa</b>	-40.6%	-30.2%	-31.3%
<b>C- Indústria Transformadora</b>	-29.8%	5.4%	-31.7%
<b>D- Construção</b>	-40.9%	33.4%	-56.5%
<b>E- Comércio por Grosso e a Retalho</b>	-20.4%	13.1%	-28.7%
<b>F- Alojamento e Restauração</b>	3.4%	27.7%	-20.8%
<b>G- Transportes, Armazenagem e Comunicações</b>	13.0%	27.6%	-16.2%
<b>H -Act. Financeiras</b>	61.2%	66.2%	-8.2%
<b>I -Act. Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas</b>	16.4%	54.1%	-29.6%
<b>J- Educação</b>	-5.5%	62.9%	-39.7%
<b>K-Saúde e Ação Social</b>	52.4%	42.8%	1.0%
<b>L-Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais</b>	25.4%	51.7%	-23.0%
<b>Total</b>	-9.4%	28.6%	-31.1%

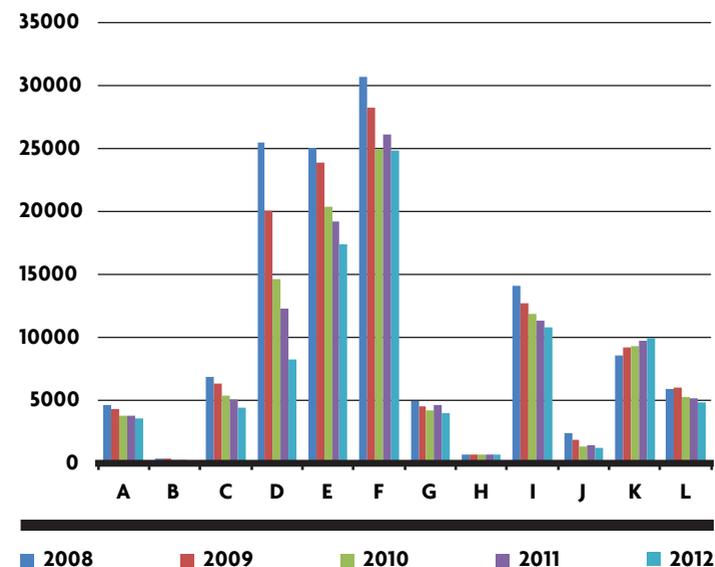
Fonte: Quadros de Pessoal, INE

Como se pode verificar, nesse período o setor que apresenta maior taxa de crescimento é o relacionado com as Atividades Financeiras, seguido de perto pelo setor da Saúde e Ação Social. Em particular, com a exceção do setor da Saúde e Ação Social, todos os setores de atividade que constam do Quadro 1 apresentam taxas de crescimento do número de empresas negativas no período entre 2008 e 2012. Merece especial destaque a performance negativa do setor da Construção, que apresenta uma taxa de -56.5% no período.

### 2.3.2. O emprego

Focamos agora a nossa atenção sobre uma das variáveis macroeconómicas mais importantes para a sociedade: o emprego. A Figura 8 começa a explorar esta matéria no contexto da economia do Algarve no período compreendido entre 2008 e 2012.

**Figura 8: Número de Empregados por Setor de Atividade (2008-2012)**



Fonte: Quadros de Pessoal, INE

Nota: A -Agricultura, B- Indústria Extrativa, C- Indústria Transformadora, D- Construção, E- Comércio por Grosso e a Retalho, F- Alojamento e Restauração, G- Transportes, Armazenagem e Comunicações, H -Act. Financeiras, I -Act. Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas, J- Educação, K-Saúde e Ação Social e L-Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais.

Em 2008, os quatro setores em que assenta a economia Algarvia garantiam cerca de 73,7% dos postos de trabalho da Região. Em 2012, o valor equivalente é de 68,2%. Esta importante redução no nível de emprego na Região prende-se especialmente com o declínio do setor da Construção. De facto, em 2008, este setor tinha um peso no emprego de cerca de 19,7%; em 2012 representava apenas 9,2%. Importa referir que o peso do Comércio por Grosso e Retalho manteve-se relativamente constante nos 19,4%, enquanto que o Setor do Alojamento e Restauração e o das Atividades Imobiliárias viram o seu peso aumentar de 23,8% e 10,9% em 2008 para 27,6% e 12,1%, respetivamente.

O Quadro 2, apresentado em seguida, detalha a dinâmica da Região do Algarve em termos de população empregada por setor entre 2008 e 2012.

**Quadro 2: Peso (em %) da população empregada por setor (2008-2012)**

	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura	3.57	3.64	3.68	3.76	3.93
Indústria Transformadora	5.34	5.38	5.29	5.11	4.94
Construção	19.71	17.04	14.43	12.33	9.19
Comércio por Grosso e a Retalho	19.37	20.29	20.01	19.38	19.37
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	23.76	23.94	24.55	26.34	27.64
Transportes, Armazenagem e Comunicações	3.82	3.88	4.14	4.61	4.39
Act. Financeiras	0.56	0.62	0.69	0.72	0.77
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	10.89	10.77	11.64	11.44	12.05
Educação	1.85	1.58	1.32	1.40	1.37
Saúde e Ação Social	6.60	7.77	9.13	9.75	11.02
Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	4.53	5.09	5.14	5.15	5.35

Fonte: Quadros de Pessoal, INE

A informação disponível mostra bem o impacto da crise de 2008 sobre o emprego gerado pelo setor de Construção. De facto, passamos de uns expressivos 19,71% de população do Algarve empregue neste setor em 2008 para apenas 9,19% em 2012. Em sentido inverso, nota-se um reforço interessante do peso do setor da Saúde e da Ação Social no volume de emprego oferecido na Região. Finalmente, é de notar que o setor do Comércio por Grosso e a Retalho manteve o seu peso relativo na Região em termos de volume de emprego oferecido (cerca de 19% do total).

## 2.4. SUMÁRIO

As páginas anteriores revelam que a Região do Algarve está confrontada com dois constrangimentos que se interligam e condicionam o crescimento da economia regional: o elevado e persistente desemprego e a fragilidade do tecido empresarial. De facto, por falta de dimensão das empresas, o tecido empresarial algarvio é pouco competitivo, não tem massa crítica suficiente, é pouco propenso à inovação e está descapitalizado. Estas fragilidades resultam, em parte, da economia estar muito polarizada em torno do turismo, ou melhor do imobiliário-turismo, que de algum modo e ao longo das últimas décadas, cerceou a iniciativa nos restantes setores de atividade.

Com a crise financeira internacional de 2008, o setor imobiliário-turismo foi duramente atingido no Algarve levando rapidamente à quase paralisação da construção civil, à drástica diminuição das licenças, à diminuição das vendas e à quebra dos fluxos turísticos. Sendo a construção um setor de mão-de-obra intensiva, o reflexo imediato desta situação traduziu-se no aumento do desemprego sobretudo nas camadas populacionais com menores habilitações. Por sua vez, no extremo oposto, isto é, na população com maiores níveis habilitacionais também começou a torna-se evidente o crescimento do desemprego em resultado do mercado não absorver os contingentes de diplomados em formação superior. Gerou-se portanto uma espécie de “tempestade perfeita” no mercado laboral do Algarve: temos hoje uma Região com uma taxa de desemprego elevada e persistente que afeta particularmente os jovens e as camadas da população com menores habilitações, sem deixar de atingir também de forma tendencialmente crescente os escalões com maiores habilitações (licenciados).

Estudos recentemente apresentados por várias entidades nacionais e regionais preconizam um desenvolvimento inteligente e competitivo da Região passível de ser concretizado no horizonte 2014-2020 com base numa aposta séria em atividades baseadas no conhecimento, na inovação, na investigação e nas atividades com valor acrescentado. Esta poderá, eventualmente, ser uma forma de dinamizar a atividade regional, fazendo-se assim crescer a economia e diminuir o desemprego. Mas sejamos realistas. No Algarve e face às características do nosso tecido produtivo, essas transformações económicas passam por uma renovação e rejuvenescimento do universo empresarial. Embora se verifiquem já sinais dessa renovação e rejuvenescimento estamos ainda em fase embrionária e por conseguinte o processo será moroso e gerador de resistências. Acontece que esta morosidade é pouco compatível com a urgência de reduzir significativamente o desemprego face aos elevados valores que apresenta na Região e aos custos sociais que daí advêm. Isto é, temos um problema no imediato (reduzir o desemprego) cuja solução preconizada (crescimento inteligente e competitivo) só produzirá efeitos sensíveis no médio prazo.

Há, no entanto, outros aspetos da realidade da Região e do País que merecem ainda ser tratados e particularizados pois representam importantes condicionalismos que se revelam quando se discute o futuro da Região e um possível modelo económico para o Algarve. A secção seguinte estende as linhas apresentadas e resume os condicionantes a ter em conta nesta matéria.

## 03. CONDICIONANTES



O diagnóstico realizado no âmbito do presente documento revela que, fundamentalmente, os últimos 5/6 anos têm claramente revelado a falta de resiliência do Algarve (Romão, Guerreiro e Rodrigues, 2015). A crise económica que começou em 2008, juntamente com os défices da estrutura económica regional, a falta de instrumentos públicos para estimular a economia, a redução substancial dos fundos comunitários, e as medidas de austeridade, tiveram um forte impacto negativo na Região. Além disso, o turismo na Região é uma atividade altamente sazonal, pouco diversificada e dependente de um número reduzido de mercados externos e com centros de decisão fora da Região (RIS3 – Algarve 2014-2020).

### 3.1 CONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA DA REGIÃO

A forte especialização condiciona em maior ou menor grau a resiliência duma Região a choques externos e internos que possam ocorrer. Atualmente um dos pontos de destaque na agenda política Europeia é a diversificação regional. Dado que muitas regiões foram severamente atingidas pela crise económica, existe uma forte necessidade de se desenvolverem novas atividades económicas para compensar as perdas registadas nas economias regionais. Por esta razão, transformações económicas baseadas no conhecimento que permitam a abertura de novas linhas de crescimento através do investimento em inovação, investigação e desenvolvimento (I&D) bem como em atividades de elevado valor acrescentado foram colocadas no centro da agenda de revisão da política Europeia de coesão, como um dos *'drivers'* fundamentais de uma estratégia de sucesso (European Commission, 2010).

Contudo, a capacidade de transformação regional e de desenvolvimento de novas oportunidades de crescimento não é fácil nem se encontra distribuída de forma igual pelas regiões. Um exemplo, desta dificuldade de mudança frequentemente mencionado, é o da cidade americana de Detroit que falhou nesse objetivo, resultando na perda de mais de um milhão de habitantes (Hill et al., 2012). No entanto, há exemplos de sucesso, como são os casos de Pittsburgh (Treado, 2010) e Boston (Glaser, 2005) nos EUA. Esta última cidade demonstrou a sua capacidade de mudança através da reconfiguração, durante um longo período de tempo, das competências existentes. Na Europa há também casos de sucesso neste domínio, cidades/regiões que conseguiram sair da estagnação e do declínio económico e encontrando formas de seguirem um novo modelo de desenvolvimento económico e de regeneração urbana, como são os casos de Bilbao (Etxebarria and Franco, 2003), Turin (Vanolo, 2008) e Manchester (Quilley, 2000). Estes casos basearam a sua renovação na diferenciação das competências e nas bases de conhecimento existentes e utilizaram-nas para o desenvolvimento de novas atividades, suportadas por uma melhoria das acessibilidades através da construção de infraestruturas, criação de eventos atrativos, e no *'branding'* urbano e regional.

Na União Europeia, há uma crescente consciencialização de que as regiões devem promover a criação de novas linhas de crescimento para contrabalançar o inevitável processo de estagnação e o declínio de partes da sua estrutura económica. A diversificação regional é reconhecida como o mecanismo chave para atingir este objetivo; contudo o conhecimento dos determinantes que conduzem o processo de diversificação regional, e a forma como as diferentes políticas podem ter um impacto nesse processo é ainda limitado.

### 3.2 CONCENTRAÇÃO DA TIPOLOGIA DE EMPREGO

Paralelamente ao apontar que a mão-de-obra qualificada produzida pela Universidade não é absorvida pelo mercado de trabalho, indicam-se várias razões, sendo que uma delas prende-se com a forte especialização regional, como apontado anteriormente e que limita fortemente a tipologia de oferta de emprego. A empregabilidade de trabalhadores com formação em turismo e em setores afins passa em larga medida pelo seu espírito empreendedor ou pela procura de emprego fora da Região.

### 3.3 DIMENSÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS 2014-2020 PARA A REGIÃO

Para atingir o objetivo de diversificação regional, a atribuição de fundos estruturais sob os objetivos temáticos diretamente relacionados com I&D, inovação, desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação (TIC), e o apoio às PME's será condicionado à existência, a nível nacional ou regional, de estratégias de investigação e inovação em Smart Specialisation (RIS3 – Algarve 2014-2020).

Devido ao processo de desenvolvimento acima mencionado, e ao enviesamento estatístico induzido pela atividade turística, no período 2007-2013, o Algarve ultrapassou os 75% do PIB<sub>pc</sub> médio da UE, tornando-se uma Região em *'phasing-out'*. Deste novo enquadramento, resultou uma diminuição significativa das transferências dos fundos estruturais nesse período e como consequência os mecanismos financeiros utilizados em anteriores períodos de programação para atrair investimentos já não estarão disponíveis no futuro. Note-se que o Algarve será em 2014-2020 a única Região portuguesa no grupo das regiões em “transição” (RIS3 – Algarve 2014-2020).

### 3.4 CENTROS DE DECISÃO E DINÂMICAS REGIONAIS

A falta de capacidade para superar o problema reside na redução da densidade, tamanho e resiliência do setor produtivo. Além disso, os centros de decisão (tanto no setor público como no privado) estão muitas vezes localizados fora da Região, o que dificulta uma abordagem baseada em políticas *'bottom-up'*, voltada para as especificidades da Região. Finalmente, a excessiva dependência de turismo desviou investimentos e recursos de outras atividades económicas tradicionais na Região (por exemplo, da Pesca e da Agricultura), que poderiam ter alavancado a recuperação económica. A combinação desses fatores, com investimentos insuficientes na Região, em particular no que diz respeito à aplicação comercial e exploração de conhecimentos e de I&DT, resultou na situação que a Região regista atualmente. (RIS3 – Algarve 2014-2020). Adicionalmente, a Região tem muita dificuldade em aumentar os seus mercados externos na internacionalização dos seus fatores produtivos.

## 04. PROPOSTAS

As propostas incluídas como Linhas orientadoras para um Modelo Económico Regional têm em consideração a conjugação do diagnóstico e das condicionantes.

# PROPOSTA 1:

## Desenvolver o turismo e os seus efeitos “linkage” e/ou complementares.

### Orientação estratégica

Esta proposta contempla uma aposta no “*know-how*” do setor e na sua manutenção (Pimpão, 2015), bem como na sua capacidade de “arraste direto” (a montante e a jusante) e na diversificação de produtos e mercados:

- a. “**Arraste direto**”: agricultura, pesca e derivados, com incorporação industrial, através da reparação e manutenção náutica e de equipamentos desportivos; e serviços de manutenção de residências e áreas comuns (jardinagem, segurança, entre outros);
- b. **Diversificação**: na aposta de turismo de elevado valor acrescentado, como sejam, o turismo cultural, o turismo do desporto, o turismo náutico, o turismo de saúde (incluindo o turismo sénior), o turismo de cruzeiros e o turismo de congressos (incluindo os congressos científicos).

### Medidas de ação

Esta proposta deve estender-se a medidas capazes de incidir os custos de promoção na intensificação dos principais mercados emissores, de aumento de escala na sua estrutura empresarial contemplando nas áreas da fiscalidade e incentivos, e na relação com os produtos regionais de valor acrescentado.

- i. Incentivar a relação do turismo com outras atividades económicas, como seja, uma **maior incorporação de valor acrescentado dos produtos regionais nas estadias turísticas**, sendo importante a certificação regional de qualidade.
- ii. **Aposta em campanhas que incidam nos maiores mercados europeus existentes** (Reino Unido, França, entre outro), já que apesar de representarem uma grande percentagem dos turistas que preferem o Algarve, em termos de quota de mercado ronda os 4% (no caso britânico), com forte ligação ao turismo sénior, capaz de combater a sazonalidade e de gerar receitas por turista superior à média.
- iii. **Aposta no turismo de cruzeiros** já que o porto de Portimão tem sido crescentemente procurado, apesar das suas limitações, deve ter uma aposta forte com impactos no comércio local. Pode igualmente conter fortes ligações com a promoção da chamada “floridinização” do Algarve (apontando a Ria Formosa), através de uma agenda real para a atratividade dos reformados VIP, principalmente dos países nórdicos e britânicos, através de benefícios fiscais para residência.
- iv. **Aposta no turismo náutico com a criação de Centros do Mar**. A concretização desta medida exige a existência de centros e clubes de desportos náuticos; marinas e portos de recreio e estabelecimentos hoteleiros na Região para a sua implementação e envolve uma variedade grande de atores que deverão agir em cooperação, formando redes de ação para este fim.
- v. **Melhoria da qualidade e cobertura da informação estatística disponível** para o turismo regional (*business intelligence*) com fortes ligações à aposta no turismo de congressos, gerando potenciais estudos para os Centros de Investigação do Algarve.
- vi. **Ajustar a fiscalidade associada ao IVA**, ao praticado pelos concorrentes externos, como forma de aumentar a atratividade dos preços praticados e não sendo as empresas do setor prejudicadas pela via fiscal. Apesar de se tratar muitas das vezes de exportações, a mudança no paradigma dos agentes turísticos (cada vez mais são as pessoas que marcam as suas férias), não permitem a dedução do respetivo imposto sobre o consumo.

## PROPOSTA 2:

### Desenvolver uma “nova” economia regional

#### Orientação estratégica

A presente proposta contempla dois pilares fundamentais para o Algarve, nomeadamente, o uso e exploração eficientes dos recursos naturais e a incorporação de tecnologia. Assim, são criadas as condições para um setor estratégico – a economia do mar (ou economia azul) nas suas componentes biológicas (espécies marinhas) e geológicas (recursos minerais), também potenciado pela investigação científica ancorada na Universidade do Algarve e nos seus parceiros nacionais e internacionais:

- a. “Nova” economia baseada em recursos endógenos naturais, tais como: Agroindústria (exemplo: frutos silvestres - mirtilos, framboesas, abacates, entre outros, e plantas aromáticas); Indústria de transformação de pescado, incluindo aquacultura; Indústria extrativa marítima (incluindo a prospeção de gás natural na plataforma continental).
- b. “Nova” economia de base tecnológica exógena (Pinto, 2014) para investimentos baseados em fatores relativos à mão-de-obra especializada e localização. Estes investimentos são condicionados por: recursos humanos altamente especializados (formados na Região e/ou “atraídos”); e Infraestruturas de acolhimento e de apoio ao negócio (telecomunicações, aeroporto, infraestruturas portuárias e ferroviárias) (Pimpão, 2014).

#### Medidas de ação

As medidas propostas devem dotar-se de um “sinal forte” para investimento, através da concretização de planos apresentados e de centros de tecnologia virados para esse investimento.

- i. **Ampliar as redes de rega das barragens**, como forma de redução dos custos de produção para um melhor desempenho e desenvolvimento da agroindústria.
- ii. **Concretizar o desassoreamento das Rias e das Barras** como forma de incentivo à logística para os portos e respetivo transporte marítimo.
- iii. Constituir um grupo de trabalho para o **debate e estudo** de impacto ambiental, económico e social **da prospeção de gás natural no Algarve**, com fortes ligações ao Fórum Empresarial do Mar e englobando os principais atores, comprometidos e interessados no setor.
- iv. **Criação de uma associação** entre a Universidade, a CCDR Algarve e os Empresários do Algarve, a **TECAlgarve** à semelhança do praticado noutras regiões do País. Este investimento constitui transferência de tecnologia, promoção de inovação e do empreendedorismo entre a Escola do Conhecimento e as Empresas (Mendes, J. F. G., 2015) aproveitando os recursos humanos altamente especializados ao dispor da Região.
- v. **Concretizar as intervenções no porto de Portimão** e propor intervenção primordial no **terminal de carga de Loulé**, inseridos num Plano de Transportes rodoferroviários (incluindo outras situações) e como base de suporte ao desenvolvimento de negócios e de acolhimento.
- vi. **Incluir o Algarve na rota do investimento via AICEP** (empresas âncoras), de forma a aumentar a procura externa líquida nos fatores produtivos (Pimpão, 2015).

## PROPOSTA 3:

### Criação de uma Administração “amiga” do investimento e com capacidade política competitiva

#### Orientação estratégica

Esta proposta tem a meta de Desenvolvimento como referência, com o objetivo claro de aumentar o rendimento per capita da população residente (emprego qualificado) aliando uma Administração forte e com poder de decisão a vários níveis, com especial destaque no ordenamento do território.

- a. Qualificação dos recursos humanos.
- b. Localização das sedes das empresas e grupos empresariais, nomeadamente através da fiscalidade e dos incentivos, e com uma maior incidência nas empresas ligadas ao setor hoteleiro, aumentando a sua concentração (verticalmente e horizontalmente).
- c. Aumento das competências das entidades regionais (por desconcentração e descentralização).

#### Medidas de ação

As medidas propostas têm uma componente sustentada na capacidade de criar centros de decisão como forma de fortalecer o tecido empresarial regional e a criação de emprego, bem como criar condições para a possibilidade de investimentos fortes e com dimensão em bens transacionáveis.

- i. **Criar um Guia do Investimento inovador** englobando a componente nacional (fiscalidade, financeiro e outros), mas fundamentalmente ressaltando as especificidades da Região no que respeita às suas potencialidades e oportunidades de investimento, à tipologia de apoios ao investimento, às áreas de localização empresarial disponíveis, às infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aéreas, universitárias, hospitalar, entre outras.
- ii. **Desenvolver o conceito de “balcão único” de atendimento de pessoas e empresas**, de forma a potenciar a localização de empresas na Região.
- iii. **Reorganizar a administração desconcentrada do Estado** atribuindo à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) a capacidade da sua coordenação (com eventual mudança na sua legitimação democrática deste órgão de cariz regional);
- iv. **Reorganizar a forma de gestão e competência na gestão dos fundos estruturais numa única entidade** (CCDR Algarve). A concretização desta medida depende em larga escala do aumento de competências desconcentrada para esta entidade.
- v. **Incentivar à participação associativa na Região**, criando condições mais consistentes à sua existência. Este aumento de dimensão deve ser potenciado de forma a criar uma Rede de Associações de Empresários da Região do Algarve, com fortes ligações para a localização de empresas e grupos empresariais.
- vi. **Maior empenhamento dos Municípios na dinamização da atividade económica local em estreita colaboração com a Comunidade Intermunicipal do Algarve**, no que se refere à definição da política regional para a água e saneamento (Manso, 2014) e para a rede de transportes (Severino, 2014). No que se refere à água e saneamento, o nível de investimentos em “baixa” nos próximos anos neste setor ascende a 220 milhões de euros e poderá dinamizar a economia regional associada à construção civil; já o sistema de transportes na Região é uma das maiores condicionantes ao desenvolvimento económico e à mobilidade dos cidadãos (a nível particular e profissional) e deve ter em conta fundamentalmente os seus fluxos e a melhoria da rede de transportes intermodal e interregional.

**Nota Final:** o presente estudo requer maior pormenorização na análise, que se recomenda que seja realizada por uma equipa mais diversificada que poderá incluir a Universidade do Algarve, a CCDR Algarve, e outras instituições com “know how” em matéria de análise económica, bem como o aprofundar de temas mais específicos e setoriais, nomeadamente, a água e os resíduos, a energia, a saúde, e os transportes, cruciais para o desenvolvimento sustentável da Região.

## SOBRE OS AUTORES:

### **Adriano Lopes Gomes Pimpão**

Natural de Lisboa, nasceu a 25 de Agosto de 1948. Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, fez o doutoramento em Economia pela mesma Universidade em 1985. Foi Diretor regional de Planeamento na CCDR Algarve. Foi Reitor da Universidade do Algarve, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Públicas Portuguesas (CRUPP) e Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional do XIII Governo Constitucional de Portugal, de 1995 a 1997. Foi ainda Presidente do Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve e durante dois mandatos, 1º vogal da Direção Nacional da Ordem dos Economistas. Atualmente é Presidente da Assembleia Municipal de Loulé e ainda Presidente da Assembleia Intermunicipal do Algarve. É ainda Professor Catedrático Emérito da Universidade do Algarve e membro do Conselho Económico e Social.

### **Francisco José Mendonça Pinto**

Natural de Faro, nasceu a 20 de Agosto de 1950. Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa e pós graduado em Finanças Públicas pelo Instituto de Fundo Monetário Internacional em Washington (EUA). Foi técnico superior no Ministério das Finanças em Lisboa e exerceu no Algarve os cargos de Diretor de Planeamento da CCDR, Vice-Presidente da CCDR, Diretor do Eurogabinete Algarve, Gestor do Programa Operacional do Algarve, Diretor da Escola de Hotelaria e turismo do Algarve e Diretor de Economia do Algarve. Foi também Professor no Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa, professor na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve e formador do Centro Jacques Delors em Lisboa.

### **Francisco José Martins Manita Severino**

Natural de Portimão, nasceu a 24 de Março de 1948. Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa em 1977. Especializou-se em Marketing Research na AC Nielsen Company e Gestão Aeroportuária na ANA Aeroportos de Portugal, tendo sido Diretor dos Aeroportos de Faro (1995 a 2002) e Lisboa (2002 a 2011). Foi ainda professor de Transportes e Gestão Aeroportuária na Universidade do Algarve na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e turismo de 1993 a 2009. Atualmente é Presidente da Mesa da Assembleia Regional da Delegação Regional do Algarve da Ordem dos Economistas.

### **Hélio Ponciano Pereira Barros**

Natural de Portimão, nasceu a 12 de Janeiro de 1946. Licenciado em Gestão de Empresas pelo ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa e pós-graduado em Gestão e Cálculo Económico no mesmo Instituto. Diplomado na London Business School em Developing Strategy for Value Creation. Foi Assistente no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e Professor Auxiliar na Universidade do Algarve. Desempenhou funções de Diretor Administrativo e Financeiro na Central de Cervejas e Diretor Geral de Planeamento e Finanças na TMN. Foi Administrador Delegado da ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA (Algarve). Publicou dois livros sobre temáticas “Análise de Investimentos” e “Análise de Projetos de Investimento”.

### **João Luís Calçada Correia**

Natural de Moncarapacho, Olhão, nasceu a 12 de Junho de 1950. Licenciado em Gestão de Empresas pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e licenciado em Ciências Sociais e Política pelo ISCTE. Empresário. Gestor de Empresas de diferentes setores de atividade (Agricultura, Indústria e Serviços). Consultor de Gestão. Dirigente associativo, ocupando cargos sociais em diversas Associações empresariais, sociais e desportivas.

### **José Joaquim dos Reis Leite Pereira**

Natural de S. João da Madeira, nasceu a 14 de Novembro de 1948. Licenciado em Economia pelo ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão em 1975. Docente universitário deste Instituto de 1976 a 1982 e da Universidade do Algarve de 1983 a 2015. Técnico superior do IFADAP (atual IFAP, IP) em Faro, de 1982 a 1998. Foi Diretor Regional do Algarve do Instituto Nacional de Estatística de 1998 a 2007 e Diretor Regional da Economia do Algarve de Outubro de 2007 a Janeiro 2012. A partir de Fevereiro de 2012 até Fevereiro de 2015 desempenhou funções na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve.

### **Paulo Manuel Marques Rodrigues**

Natural de Ansião, nasceu a 21 de Dezembro de 1968. Licenciado em Gestão de Empresas pela Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Fez o doutoramento em Econometria na Universidade de Manchester, Reino Unido, em 1998. Foi docente da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve de 1993 a 2008, onde também ocupou vários cargos de gestão académica. Desde 2008 é economista investigador no Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal e professor na Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa. É membro de vários centros de investigação internacionais e do Nova research, e integra o corpo editorial de várias revistas científicas internacionais.

## BIBLIOGRAFIA

AMAL (Associação de Municípios do Algarve) (Janeiro de 2015), *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2014-2020 – Relatório Final*.

Archibugi, D. and Lundvall, B.A. editors (2001), *The Globalising Learning Economy*, Oxford: Oxford University Press.

Christopherson, S., Michie, J. and Tyler P. (2010), *Regional resilience: theoretical and empirical perspectives*, *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, Volume 3, No. 1, pp. 3–10. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/cjres/rsq004>.

Clark, J., Huang, H.I. and Walsh, J. (2010), *A typology of 'Innovation Districts': what it means for regional resilience*, *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, Volume 3, No. 1, pp. 121–137. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/cjres/rsp034>.

CCDR Algarve (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve) (Fevereiro de 2015), *RIS3 – Algarve 2014-2020. Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente*. Aprovado em Conselho Regional de 13 de Fevereiro de 2015.

CCDR Algarve (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve) (Dezembro de 2014), *Programa Operacional ao Abrigo do Objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego (CRESC) do Algarve 2014-2020*.

Coelho, Luís (2014), *Saúde Hospitalar Pública no Algarve: uma breve reflexão*. Publicado no *Jornal Sul Informação* a 6 de Janeiro de 2014, ao abrigo do protocolo com a Ordem dos Economistas.

Entidade Regional do turismo do Algarve (2015), *Plano de marketing estratégico para o turismo do Algarve: 2015-2018*.

Coelho, Luís (2015), *O tecido empresarial do Algarve*. Publicado no *Cadernos de Economia*, edição 110, de Janeiro/Março.

European Commission (2010), *Europe 2020. A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*, *Communication COM (2010) 2020*, European Commission, Brussels, March.

Etxebarria, G. and H. Franco (2003), *Reflections on urban revitalisation strategies in old industrial regions. The case of Bilbao*, paper presented at the European Association for Evolutionary Political Economy 2003 Annual Conference, Maastricht, 7-10 November.

Glaeser, E.L. (2005), *Reinventing Boston 1630-2003*, *Journal of Economic Geography*, 5, 119-153.

Hill, E.W., Wial, H. and Wolman, H., (2008), *Exploring Regional Economic Resilience. Working Paper 2008-04*, *Institute of Urban and Regional Development*, Berkeley: University of California.

Manso, Carlos (2014), *Abastecimento de água e tratamento de águas residuais: Modelo de Gestão para o Algarve*. Publicado no *Jornal Sul Informação* a 17 de Janeiro de 2014, ao abrigo do protocolo com a Ordem dos Economistas.

Mendes, J. F. G. (2015), *Inovação e Empreendedorismo em Portugal*. Publicado no *Cadernos de Economia*, edição 110, de Janeiro/Março.

Pimpão, Adriano (2014), *A lista das infraestruturas prioritárias e o desenvolvimento territorial do Algarve*. Publicado no *Jornal Sul Informação* a 25 de Fevereiro de 2014, ao abrigo do protocolo com a Ordem dos Economistas.

Pimpão, Pedro (2015), *Um (rápido) olhar no investimento para a sustentabilidade empresarial*. Apresentação na Conferência “Novos Desafios – Economia e turismo”, 7 de Março de 2015, Biblioteca Municipal de Albufeira.

Pinto, Hugo (2014), *A propósito de C&T+I, um outro caminho é possível*. Publicado no *Jornal Sul Informação* a 28 de Maio de 2014, ao abrigo do protocolo com a Ordem dos Economistas.

Quilley, S. (2000), *Manchester First: From Municipal Socialism to the Entrepreneurial City*, *International Journal of Urban and Regional Research*, 24: 601-615.

Romão, J., Guerreiro J. e Rodrigues, P.M.M. (2015), *Tourism Growth and Regional Resilience: the “Beach Disease” and the Consequences of the Global Crisis of 2007*, Documento de Trabalho.

Severino, Francisco (2013), *Governança Autárquica – Novos Desafios*. Publicado no *Jornal Sul Informação* a 14 de Novembro de 2014, ao abrigo do protocolo com a Ordem dos Economistas.

Treado, C.D. (2010), *Pittsburgh's evolving steel legacy and the steel technology cluster*, *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3: 105–120.

Vanolo, A. (2008), *The image of the creative city: Some reflections on urban branding in Turin*, *Cities*, 25(6): 370-382.

Vieira, João (2014), *No turismo não há regresso ao passado*. Publicado no *Cadernos de Economia*, edição 109, de Outubro/Dezembro.

Fórum Empresarial do Mar (2015), *O Hybercluster da Economia do Mar*, retirado de: [www.feemar.weebly.com](http://www.feemar.weebly.com)

PricewaterhouseCoopers (PwC) Portugal (2014), *Desafios do turismo em Portugal 2014*.

